

LUCAS PARDINI

IMPUTAÇÃO DOLOSA
DO CRIME OMISSIVO IMPRÓPRIO
AO EMPRESÁRIO EM
CEGUEIRA DELIBERADA



Marcial
Pons

Coleção Reflexões Jurídicas

Coordenadores

Luís Greco

Adriano Teixeira

Imputação dolosa do crime omissivo impróprio ao empresário em cegueira deliberada

Lucas Pardini

Produção e Editoração eletrônica

Ida Gouveia / HBLYZ / Oficina das Letras®

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo – Lei 9.610/1998.

**CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ**

P247i

Pardini, Lucas

Imputação dolosa do crime omissivo impróprio ao empresário em cegueira deliberada / Lucas Pardini. - 1. ed. - São Paulo: Marcial Pons, 2019. (Reflexões jurídicas)

Inclui bibliografia, posfácio

ISBN 9788566722727

1. Crime por omissão - Brasil. 2. Responsabilidade penal. I. Título. II. Série.

19-57081

CDU:343.23

Leandra Felix da Cruz - Bibliotecária - CRB-7/6135

© Lucas Pardini

© MARCIAL PONS EDITORA DO BRASIL LTDA.

www.marcialpons.com.br

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – LUIS AUGUSTO SANZO BRODT	5
PREFÁCIO – TATIANA BADARÓ	9
AGRADECIMENTOS	13
1. INTRODUÇÃO.....	19
1.1 O caso proposto	23
2. <i>WILLFUL BLINDNESS DOCTRINE</i>	29
2.1 A imputação subjetiva no <i>common law</i>	30
2.2 Condensado histórico da <i>willful blindness doctrine</i> : precedentes mais relevantes	37
2.3 <i>Global-Tech Appliances v. SEB</i>	41
3. A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA NO DIREITO ROMANO-GERMÂNICO.....	45
4. O POSICIONAMENTO ADOTADO: O QUE É, AFINAL, CEGUEIRA DELIBERADA?	58
5. O CRIME OMISSIVO IMPRÓPRIO E O EMPRESÁRIO	71
5.1 Notas introdutórias quanto ao crime omissivo impróprio.....	72
5.1.1 Crime comissivo x crime omissivo.....	72

5.1.2 Crime omissivo próprio x crime omissivo impróprio.....	79
5.1.3 A posição de garantia penal	84
5.1.3.1 Delimitação subjetiva da posição de garantia penal: o garante.....	84
5.1.3.2 Delimitação objetiva da posição de garantia penal: os deveres do garante..	91
5.1.4 O empresário enquanto garante.....	94
5.1.4.1 A fundamentação da posição de garantia no Direito Penal empresarial	94
5.1.4.2 O dever de vigilância do empresário e a delegação	96
6. IMPUTAÇÃO DOLOSA DO CRIME OMISSIVO	
IMPRÓPRIO	103
6.1 Conteúdo do dolo na omissão imprópria.....	103
6.2 O dolo no crime omissivo para o Finalismo.....	107
6.3 A cegueira deliberada do garante	112
6.3.1 Excurso: a cegueira deliberada do superior hierárquico no Direito Penal Internacional	119
7. O ERRO DE TIPO	127
7.1 A teoria unificadora.....	128
7.2 A teoria diferenciadora.....	135
7.3 O posicionamento adotado	138
7.4 O erro de tipo no Direito Penal brasileiro	147
7.5 Dolo eventual e erro de tipo	154
7.6 Erro de tipo x cegueira deliberada.....	159

8. DA FUNDAMENTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE IMPUTAÇÃO DOLOSA NA CEGUEIRA DELIBERADA DO GARANTE	171
8.1 O princípio da culpabilidade	172
8.2 Fundamentação da imputação dolosa na cegueira deliberada: normatização do dolo	177
9. RESOLUÇÃO DO CASO PROPOSTO	205
9.1 Caso original: cabimento do juízo de reproche doloso na cegueira deliberada	206
9.2 Variação 1: não cabimento do juízo de reproche doloso	210
9.3 Variação 2: não cabimento do juízo de reproche doloso – erro de tipo.....	212
9.4 Variação 3: cabimento do juízo de reproche doloso por dúvida.....	213
9.5 Variação 4: não cabimento do juízo de reproche doloso na cegueira deliberada	215
10. CONCLUSÃO	219
BIBLIOGRAFIA	229
POSFÁCIO – HELOISA ESTELLITA e FREDERICO HORTA	241